



**CIP**  
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL  
DE PORTUGAL

## Notícias da União Europeia

18 de setembro a 13 de outubro de 2017

*Notícias das instituições da União Europeia – Conselho da União Europeia/Conselho Europeu, Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Comité Económico e Social Europeu- selecionadas, essencialmente, a partir dos respetivos comunicados de imprensa e agrupadas nos seguintes capítulos:*

- ✓ **ECONOMIA**
- ✓ **ENERGIA E CLIMA**
- ✓ **MERCADO INTERNO**
- ✓ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

### Estado da União 2017 – mais iniciativas publicadas

O discurso do Presidente Juncker perante o PE foi acompanhado da adoção de **iniciativas concretas** pela Comissão Europeia em matéria de comércio, escrutínio dos investimentos, cibersegurança, indústria, dados e democracia, das quais destacamos:

- Política comercial equilibrada e progressiva – consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [Comunicação](#) da CE;
- Escrutínio dos investimentos diretos estrangeiros – consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [Comunicação](#) da CE;
- Uma renovada estratégia da política industrial da UE – consulte [Comunicação](#) da CE;
- Um quadro para o livre fluxo de dados não pessoais na UE – consulte [comunicado de imprensa](#);
- Cibersegurança: Comissão reforça a resposta da UE aos ciberataques – consulte [comunicado de imprensa](#);
- Política europeia de migração e asilo mais forte, mais eficaz e mais justa – [comunicação](#) da CE e [comunicado de imprensa](#);
- Preservar e reforçar Schengen para melhorar a segurança e a salvaguarda das liberdades na Europa – [comunicação](#) da CE, [comunicado de imprensa](#) e [ficha informativa](#).

### Conselho (Assuntos Gerais), 25/09/2017 – Principais destaques

- O Conselho deu início aos preparativos para o **Conselho Europeu de outubro**, procedendo ao debate de uma ordem do dia provisória. Na reunião, os dirigentes da UE deverão analisar a questão da migração, a Europa Digital, a defesa e as relações externas.
- Os ministros debateram as **prioridades da Comissão no seu programa de trabalho de 2018**. Apoiaram amplamente as intenções da Comissão, dando destaque a determinadas iniciativas que

#### Sede

Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@  
cip.org.pt

#### Porto

Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail:  
associados@cip.org.pt

#### Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail:  
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site <http://www.cip.org.pt>



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu

consideraram particularmente úteis. O contributo dos ministros ajudará a Comissão a ultimar o seu programa de trabalho, a adotar em outubro.

- Na rubrica “Diversos”, a Comissão informou os ministros sobre o ponto da situação no que respeita ao seu diálogo com a Polónia sobre o **Estado de direito**. Além disso, o Conselho **encerrou o processo relativo ao défice excessivo da Grécia**, confirmando que o défice é atualmente inferior a 3% do PIB, o valor de referência da UE para os défices orçamentais.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

## ECONOMIA

### 6º relatório de avaliação pós-programa a Portugal – Conclusões principais

Foi publicado no dia 6 de outubro o [relatório da 6ª missão de avaliação pós-programa de ajustamento económico a Portugal](#), elaborado pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu. Conclusões principais:

- Prevê-se que o **crescimento económico aumente em 2017**, tendo-se verificado no 1º trimestre uma aceleração nas exportações e no investimento, mantendo-se ainda o consumo privado como um importante fator do crescimento.
- As **contas públicas evoluíram positivamente** apesar de ainda serem necessárias melhorias adicionais em termos estruturais e nominais.
- As **reformas estruturais com impacto orçamental prosseguem**, ainda que lentamente.
- A **recuperação do setor bancário está em curso**, suportada pela aceleração do crescimento económico.
- É necessário intensificar as **medidas de fomento da competitividade e de melhoria das condições do mercado de trabalho**, de forma a melhorar as perspetivas de crescimento de médio prazo.
- Os fundos soberanos e a capacidade de pagar os empréstimos não são atualmente motivo de preocupação, mas as **taxas de rendibilidade mantêm-se voláteis e vulneráveis** às condições do mercado financeiro e ao excesso de dívida pública e privada.

### Eurogrupo, 09/10/2017 – Principais destaques

- **Aprofundamento da UEM: o papel do Mecanismo Europeu de Estabilidade** – O Eurogrupo debateu os eventuais papéis e tarefas futuros do [Mecanismo Europeu de Estabilidade \(MEE\)](#) no contexto do atual debate mais abrangente sobre o futuro da União Económica e Monetária. Este primeiro debate incidiu sobre o eventual papel do MEE na gestão de crises e em relação à união bancária, bem como sobre a forma como este eventual novo papel poderá afetar a sua estrutura de governação e o seu lugar na configuração da UEM.
- **Missão de supervisão pós-programa a Portugal** – A Comissão Europeia, o Banco Central Europeu, o Mecanismo Europeu de Estabilidade e o Fundo Monetário Internacional informaram o

**Sede**  
Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@  
cip.org.pt

**Porto**  
Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail:  
associados@cip.org.pt

**Bruxelas**  
Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail:  
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:  
<http://www.cip.org.pt>



Eurogrupo sobre os [resultados da sexta missão de supervisão pós-programa a Portugal](#). A missão teve lugar entre 26 de junho e 4 de julho de 2017. As principais conclusões da missão foram positivas. A situação económica e financeira de Portugal continua a melhorar, e a sua capacidade, a médio e a longo prazo, para reembolsar a sua dívida mantém-se favorável.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

### Conselhos (Assuntos Económicos e Financeiros), 10/10/2017 – Principais destaques

- Adoção de uma diretiva que estabelece um novo sistema para resolver **litígios em matéria de dupla tributação** entre os Estados-Membros. A diretiva reforça os mecanismos utilizados para resolver litígios entre os Estados-Membros decorrentes da interpretação de acordos sobre a eliminação da dupla tributação.
- Adoção de conclusões que definem a posição da UE em relação às **alterações climáticas**, na perspetiva da próxima Conferência-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 23), que terá lugar em Bona, em novembro de 2017. As conclusões servirão de mandato para os negociadores da UE sobre os aspetos do financiamento da ação contra as alterações climáticas. A UE e os seus Estados-Membros comprometeram-se a aumentar as respetivas contribuições do financiamento público durante os próximos anos. As conclusões apelam à participação de um leque mais alargado de países contribuintes e instam outros países desenvolvidos a honrarem os seus compromissos e a mobilizaram financiamento privado.
- Balanço do processo de **acompanhamento das políticas** no âmbito do “Semestre Europeu” de 2017 com vista a tornar o exercício mais simples e mais eficaz.
- Debate sobre os preparativos para as **reuniões do G20 e do FMI**, que terão lugar em Washington, em meados de outubro.
- Apresentação da Comissão Europeia sobre o pacote de propostas para reformar o **sistema do IVA** da UE, bem como a sua sugestão para a abordagem política da **tributação da economia digital**.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

### Comissão Europeia lança caminho para uma tributação justa sobre a Economia Digital

Uma nova agenda da UE foi lançada em 21 de setembro pela Comissão Europeia para assegurar que a economia digital seja tributada de uma forma justa e amiga-do-crescimento. A [Comunicação](#) adotada pela Comissão referencia os desafios que os Estados Membros enfrentam atualmente nesta economia e descreve as soluções possíveis de serem exploradas. O objetivo é também assegurar uma abordagem coerente da UE no que respeita à tributação da economia digital que suporte as prioridades chave da Comissão para completar o Mercado Único Digital. Esta Comunicação abre caminho a uma proposta legislativa sobre regras de tributação dos lucros da economia digital, que poderão ser definidas já na primavera de 2018. Por outro lado, esta comunicação deverá também contribuir para os trabalhos desenvolvidos no âmbito do G20 e da OCDE. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

**Sede**  
Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@  
cip.org.pt

**Porto**  
Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail:  
associados@cip.org.pt

**Bruxelas**  
Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail:  
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:  
<http://www.cip.org.pt>



## **Estabelecer uma fiscalização financeira europeia reforçada e mais integrada**

Os consumidores, investidores e empresas europeias beneficiarão de mercados financeiros reforçados e mais integrados, graças aos planos da Comissão Europeia para reformar a arquitetura de fiscalização da UE. No dia 20 de setembro, a Comissão propôs reformas no sentido de uma maior integração financeira e uma completa União dos Mercados de Capitais para promover emprego, crescimento e investimento na Europa e para fortalecer a União Económica e Monetária. As propostas também incluem etapas para impulsionar o desenvolvimento de tecnologias financeiras (FinTech) e para assegurar que a sustentabilidade seja sistematicamente tida em conta nos procedimentos de fiscalização a nível europeu. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

## **Avanços na aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Comissão prossegue a sua ação por contratos de trabalho justos e previsíveis**

A Comissão Europeia encetou novas discussões com os sindicatos e as organizações patronais ao nível da UE sobre a forma de modernizar as normas contratuais, a fim de tornar os contratos de trabalho mais justos e previsíveis para todas as categorias de trabalhadores. A Comissão pretende alargar o âmbito de aplicação da atual diretiva relativa aos contratos de trabalho (também designada [Diretiva relativa à informação escrita](#)), tornando-a extensível a novas formas de emprego, como o trabalho em regime de permanência, o trabalho por cheque-serviço e o trabalho nas plataformas digitais, de modo a que ninguém seja excluído. Os parceiros sociais poderão partilhar as suas posições sobre a prevista atualização da legislação da UE em matéria de contratos de trabalho até 3 de novembro de 2017. A Comissão pretende apresentar uma proposta legislativa antes do final do ano. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

## **Apresentada proposta para reforma profunda do sistema de IVA da UE**

A Comissão lançou no dia 4 de outubro os [planos](#) para a maior reforma das regras da UE em matéria de IVA dos últimos 25 anos. Esta reformulação permitiria melhorar e modernizar o sistema em benefício tanto dos governos como das empresas. Anualmente, os Estados-Membros perdem mais de [150 mil milhões de EUR de receitas do IVA](#), que poderiam ser utilizadas para melhorar as escolas, as estradas e os cuidados de saúde. Deste montante, calcula-se que cerca de 50 mil milhões de EUR, isto é, 100 EUR por cidadão europeu por ano, são desviados devido à fraude transfronteiras em matéria de IVA. Estes fundos podem ser utilizados para financiar organizações criminosas, incluindo atividades terroristas. Estima-se que a reforma proposta permitiria reduzir este montante em 80%. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão. A BusinessEurope considera esta proposta positiva, mas salienta a importância de assegurar que as novas medidas servirão os interesses de todas as empresas europeias, incluindo as PME. Consulte o [comunicado](#) da BusinessEurope.

## **A Comissão apela à conclusão de todas as componentes da União Bancária até 2018**

Os cidadãos e as empresas europeus irão beneficiar de uma maior integração financeira e de um sistema financeiro mais estável, graças aos planos da Comissão destinados a acelerar a conclusão das

### **Sede**

Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: [geral@cip.org.pt](mailto:geral@cip.org.pt)

### **Porto**

Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail: [associados@cip.org.pt](mailto:associados@cip.org.pt)

### **Bruxelas**

Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail: [cipbrussels@cip.org.pt](mailto:cipbrussels@cip.org.pt)

Cofinanciado por:



Site  
<http://www.cip.org.pt>



componentes ainda não concluídas da União Bancária. A União Bancária tem de ser concluída para que se possa aproveitar plenamente o seu potencial para tornar a União Económica e Monetária mais estável e resistente aos choques, limitando, ao mesmo tempo, a necessidade de partilha pública de riscos, o que é igualmente benéfico para todo o mercado único. Aproveitando os progressos significativos já alcançados, a Comissão publicou no dia 11 de outubro uma [comunicação](#) que define uma via ambiciosa, embora realista, destinada a assegurar um acordo sobre os elementos pendentes da União Bancária, com base nos compromissos assumidos pelo Conselho. Isto ocorre antes da Cimeira do Euro de dezembro, em que a conclusão da União Bancária fará parte dos debates sobre o aprofundamento da UEM. Juntamente com a União dos Mercados de Capitais (UMC), a conclusão da União Bancária irá promover a estabilidade e a integração do sistema financeiro da UE. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#), a [ficha informativa](#) e a [brochura](#) elaboradas pela Comissão.

### **Auxílios estatais: Comissão aprova plano de reestruturação e apoio português ao Novo Banco, concluindo resolução do Banco Espírito Santo**

A Comissão Europeia aprovou em 11 de outubro, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, o auxílio português à venda do Novo Banco. As medidas permitirão ao novo proprietário privado lançar o seu plano de reestruturação, que visa garantir a viabilidade a longo prazo do banco, limitando, ao mesmo tempo, as distorções da concorrência. Em agosto de 2014, Portugal decidiu desencadear a resolução do Banco Espírito Santo (BES) ao abrigo do quadro português de resolução bancária e estabeleceu a estratégia para a sua resolução. Para permitir uma resolução ordenada, Portugal concebeu algumas medidas de apoio, incluindo o auxílio estatal à transferência de certos ativos do BES para um banco de transição, o Novo Banco. Neste contexto, a Comissão aprovou [estas medidas de apoio](#) ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em especial da [Comunicação da Comissão sobre o setor bancário de 2013](#). Os acionistas do BES e os detentores de dívida subordinada contribuíram plenamente (em quase 7 mil milhões de EUR) para os custos da resolução em conformidade com os requisitos de repartição de encargos, limitando o montante de capital estatal necessário para o banco de transição. Outro dos aspetos que permitiu à Comissão aprovar o auxílio foi o compromisso assumido por Portugal de vender o banco de transição Novo Banco para limitar as distorções da concorrência. Assim, a venda do Novo Banco, objeto da presente decisão, completa a resolução do BES de 2014. Mais concretamente, na sua decisão de hoje, a Comissão apreciou três questões ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais: a) a competitividade do processo de venda do banco de transição; b) os planos de Portugal para conceder auxílios estatais adicionais, a fim de concluir a resolução do BES e a venda do banco de transição; e c) a viabilidade da entidade resultante da venda do banco de transição. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão.

### **Informação bibliográfica**

- [7º Relatório sobre a coesão](#) económica, social e territorial, Comissão Europeia ([versão integral](#) do relatório), 9 de outubro ([comunicado de imprensa](#))

**Sede**  
Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@  
cip.org.pt

**Porto**  
Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail:  
associados@cip.org.pt

**Bruxelas**  
Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail:  
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:  
<http://www.cip.org.pt>



- [Relatório](#) anual sobre a evolução do mercado de trabalho e dos salários na Europa, 13 de outubro de 2017, Comissão Europeia ([comunicado de imprensa](#))

## ENERGIA E CLIMA

### Os Estados-Membros vão beneficiar de mais de 222 milhões de EUR em investimentos para o ambiente, a natureza e a ação climática

A Comissão Europeia aprovou um pacote de investimento de 222 milhões de EUR financiados pelo orçamento da UE para apoiar a transição da Europa para um futuro mais sustentável e com baixas emissões de carbono, ao abrigo do programa LIFE para o ambiente e a ação climática. O financiamento da UE vai mobilizar investimentos adicionais, num total de 379 milhões de EUR, para aplicação em 139 projetos novos em 20 Estados-Membros. Foram aprovados dois projetos para Portugal, num valor total de 5 milhões de EUR:

- LIFE “Natureza e biodiversidade” – [Conserving Portugal’s relic habitats](#);
- LIFE “Ambiente e eficiência dos recursos” – [Improving the condition of the Vouga river basin](#).

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão, bem como a [lista completa de projetos aprovados](#).

## MERCADO INTERNO

### Comissão cria fórum de peritos para superar obstáculos transfronteiriços

A fim de explorar integralmente o potencial económico das regiões fronteiriças da UE, onde vivem 150 milhões de cidadãos, a Comissão lançou em 20 de setembro o «**Ponto de Contacto Fronteiriço**», o qual será composto por peritos da Comissão em questões transfronteiriças, que prestarão aconselhamento às autoridades nacionais e regionais, mediante a recolha e a partilha de boas práticas graças à criação de uma nova rede em linha à escala da UE. Para as empresas, os trabalhadores e os estudantes, navegar entre diferentes sistemas administrativos e jurídicos continua a ser complexo e oneroso. O “Ponto de Contacto Fronteiriço”, que estará operacional a partir de janeiro de 2018, ajudará as regiões a cooperar melhor com um conjunto de ações concretas, contribuindo designadamente para 1) melhorar o acesso ao emprego, 2) melhorar os serviços como os cuidados de saúde e os sistemas de transporte público e 3) e facilitar as atividades comerciais transfronteiriças. A presente proposta insere-se no âmbito mais vasto da [Comunicação «Impulsionar o crescimento e a coesão nas regiões fronteiriças da UE»](#), com um conjunto de novas ações e uma lista de iniciativas em curso, para ajudar as regiões fronteiriças da UE a crescer mais depressa e cada vez mais estreitamente. Na reflexão em curso sobre o [futuro das finanças da UE](#), as boas práticas recolhidas através do Ponto de Contacto Fronteiriço irão

#### Sede

Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@  
cip.org.pt

#### Porto

Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail:  
associados@cip.org.pt

#### Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail:  
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site  
<http://www.cip.org.pt>



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Social Europeu



alimentar o debate sobre a próxima geração de programas de cooperação transfronteiras («[Interreg](#)»), a fim de melhor enfrentar os obstáculos jurídicos e administrativos e ajudar a desenvolver serviços públicos transfronteiras eficazes. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

### **Regiões beneficiarão de novo apoio da UE na construção de economias resilientes**

As regiões foram convidadas em 29 de setembro a apresentar a sua candidatura a dois projetos-piloto da Comissão. As regiões selecionadas podem beneficiar de um apoio financeiro e de consultoria personalizados, prestados pela UE, para transformar as suas economias e modernizar as suas indústrias. Os dois projetos-piloto que foram apresentados pela Comissão em [julho de 2017](#), visam intensificar o apoio prestado às regiões da Europa, para que invistam nas áreas em que são mais competitivas (processo de [«especialização inteligente»](#)) de molde a gerar a inovação, a resiliência e o crescimento necessários para [tirar partido da globalização](#):

- 1. Apoio personalizado para as regiões em fase de mutação industrial** - Algumas regiões têm vindo a suportar as desvantagens da globalização sem beneficiar das suas vantagens. Trata-se de regiões que frequentemente sofreram perdas de postos de trabalho substanciais e podem enfrentar uma escassez de competências apropriadas, custos de mão de obra elevados e desindustrialização.
- 2. Parcerias inter-regionais para desenvolver cadeias de valor europeias competitivas** - O objetivo deste projeto-piloto é comercializar e ampliar projetos inter-regionais promissores em setores prioritários, como os megadados, a bioeconomia, a eficiência dos recursos, a mobilidade conectada, a saúde e o envelhecimento ativo ou a cibersegurança.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

### **Apresentada iniciativa para tornar contratação pública mais eficiente**

Com o objetivo de reforçar o mercado único no quadro de um esforço contínuo para estimular o investimento na UE, a Comissão Europeia apresentou, no dia 3 de outubro, uma iniciativa para levar a cabo a contratação pública de modo mais eficiente e de uma forma sustentável, fazendo simultaneamente pleno uso das tecnologias digitais para simplificar e acelerar os procedimentos. A iniciativa é composta por quatro vertentes principais:

- Definição de domínios prioritários a melhorar;
- Mecanismo Voluntário de avaliação prévia de grandes projetos no domínio das infraestruturas;
- Recomendação sobre a profissionalização dos adquirentes públicos;
- Consulta sobre o incentivo à inovação graças à contratação pública.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão.

### **Pacote de processos por infração de outubro – principal decisão referente a Portugal**

- **Atrasos nos pagamentos** – A Comissão decidiu avançar mais um passo no seu processo por infração contra **Portugal** a respeito do seu incumprimento da Diretiva relativa aos atrasos de pagamento ([Diretiva 2011/7/UE](#)) enviando um parecer fundamentado. De acordo com a diretiva,

**Sede**  
Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@cip.org.pt

**Porto**  
Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail: associados@cip.org.pt

**Bruxelas**  
Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:  
 **PO ISE**  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO  
<http://www.cip.org.pt>

 **PORTUGAL**  
**2020**

 **UNIÃO EUROPEIA**  
Fundo Social Europeu

as entidades públicas devem pagar a 30 dias os bens e serviços adquiridos ou, em circunstâncias muito excecionais, a 60 dias. De acordo com as informações de que a Comissão dispõe, as autoridades públicas portuguesas pagam, em média, num prazo que vai de 90 a 100 dias. A situação é crítica no setor da saúde, onde os períodos de pagamento podem atingir, em média, os 300 dias. Em abril de 2017, a Comissão enviou uma notificação para cumprir a Portugal devido ao incumprimento da Diretiva 2011/7/UE. As autoridades portuguesas responderam em junho de 2017. Espera-se que as autoridades públicas desempenhem um papel particularmente importante em desincentivar uma cultura dos atrasos de pagamento ao dar o exemplo, através de pagamentos atempados e transparentes aos seus fornecedores. Os atrasos de pagamento têm um impacto negativo nas empresas, particularmente as PME, já que afetam a sua liquidez e o fluxo de caixa, complicam a gestão financeira e, por conseguinte, impedem a sua expansão. A Diretiva Atrasos de Pagamento confere aos credores direitos reforçados, estabelecendo prazos de pagamento a respeitar pelas empresas e as autoridades públicas quando adquirem bens ou serviços e, sempre que esses prazos não são respeitados, as empresas têm direito a uma compensação justa. Portugal dispõe de dois meses para responder às preocupações manifestadas pela Comissão, caso contrário, a Comissão pode decidir instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da UE contra esse país.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão.

### **Adotada iniciativa para impulsionar a aprendizagem na Europa**

A Comissão Europeia adotou, no dia 5 de outubro, uma proposta de um **Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia de Aprendizagem**. Esta iniciativa, que assume a forma de uma recomendação do Conselho, faz parte da [Nova Agenda de Competências para a Europa](#) lançada em junho de 2016. A proposta está associada ao [Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#), que consagra o direito a uma educação inclusiva e de qualidade, à formação e à aprendizagem ao longo da vida. Com base nos resultados de uma ampla consulta, a recomendação identifica 14 critérios que os Estados-Membros e as partes interessadas devem utilizar para desenvolver programas de aprendizagem eficazes e de qualidade. A iniciativa irá reforçar a empregabilidade e a realização pessoal dos aprendizes e, deste modo, contribuir para o desenvolvimento de uma mão de obra altamente qualificada e competente, capaz de dar resposta às necessidades do mercado de trabalho. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão. A BusinessEurope criticou esta proposta, realçando as diferenças que já existem entre os programas de estágio e formação entre cada Estado-Membro. Consulte o [comunicado](#) da BusinessEurope.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Sede**  
Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@cip.org.pt

**Porto**  
Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail: associados@cip.org.pt

**Bruxelas**  
Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site  
<http://www.cip.org.pt>





## Acordo comercial UE-Canadá entra em vigor

No dia 21 de setembro entrou em vigor, a título provisório, o Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre a UE e o Canadá (Versão integral do Acordo no [Jornal Oficial da União Europeia](#) (em português) e na [página da DG Trade](#) da Comissão Europeia (em inglês)). A aplicação provisória do CETA segue-se à sua aprovação pelos Estados-Membros da EU, expressa no Conselho, e pelo Parlamento Europeu. No entanto, o acordo só entrará em vigor de forma definitiva e completa quando todos os Estados-Membros da UE o tiverem ratificado. A Comissão irá trabalhar com os Estados-Membros e o Canadá para assegurar a sua implementação gradual e eficaz. Uma das iniciativas foi atualizar e aprofundar a informação sobre o [Canadá na “Market Access database”](#) (MADB) da Comissão Europeia sobre direitos aduaneiros aplicáveis, períodos de desmantelamento de direitos aduaneiros, quotas, regras de origem, indicações geográficas, concursos públicos, direitos de propriedade intelectual, etc. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia. A BusinessEurope [pronunciou-se](#) também sobre a entrada provisória em vigor do Acordo, em conjunto com o Conselho Empresarial do Canadá, destacando positivamente o seu papel para o crescimento económico e para a mudança no paradigma do comércio-livre.

### ATENÇÃO às empresas que exportam ou vão passar a exportar para o Canadá!

As empresas europeias apenas poderão beneficiar do tratamento pautal preferencial previsto ao abrigo deste acordo se estiverem registadas no sistema de certificação de origem das mercadorias, denominado **Sistema de Exportador Registrado (REX)**. Este sistema começou a ser aplicado em 1 de janeiro de 2017, apenas no quadro do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) da UE, mas será progressivamente introduzido no âmbito dos futuros acordos comerciais preferenciais da UE, onde já se inclui o CETA. Para se obter o estatuto de Exportador Registrado as empresas devem consultar o Ofício Circulado da AT/Direção de Serviços de Tributação Aduaneira [nº 15579 de 30 de março de 2017](#) onde poderão aceder ao [formulário do pedido de registo](#) (link na página 3). Para mais informações poderão consultar o Ofício Circulado [nº 15591 de 12 de junho de 2017](#) sobre o “CETA – Prova de Origem”. **A partir de 1 de janeiro de 2018**, todos os exportadores para o Canadá já deverão estar registados no sistema REX.

### Assembleia Geral da ONU, Nova Iorque, 18-20/09/2017 – Principais destaques

O Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, dirigiu-se à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em nome da UE, no dia 20 de setembro de 2017, tendo-se o seu discurso focado nos seguintes aspetos:

- Importância de **reforçar a ONU** enquanto pedra angular da ordem mundial assente em regras;
- Necessidade de conseguir uma desnuclearização pacífica da **península da Coreia**;
- Contributo da UE para a gestão da **crise dos refugiados** e novas medidas necessárias para travar os passadores de seres humanos;
- Necessidade de intensificar a **luta contra o terrorismo** e de redobrar esforços para combater a radicalização;
- Compromisso da UE de implementar rápida e plenamente o **Acordo de Paris**.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

**Sede**  
Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@  
cip.org.pt

**Porto**  
Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail:  
associados@cip.org.pt

**Bruxelas**  
Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail:  
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:  
<http://www.cip.org.pt>



## UE lança o seu novo Plano de Investimento Externo e institui Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável

O Parlamento Europeu e o Conselho criaram o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável, cerne do **novo Plano de Investimento Externo da UE (PIE)**. O PIE apoiará o desenvolvimento mais inclusivo e sustentável de África e dos países vizinhos da UE. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia. Em 25 de setembro, o Conselho adotou um [regulamento que institui um Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável \(FEDS\)](#). O FEDS é o principal instrumento do Plano de Investimento Externo Europeu que apoia o investimento nos países africanos e da vizinhança europeia. O principal objetivo deste plano é contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, para isso estimulando o emprego e o crescimento e combatendo, ao mesmo tempo, as causas profundas da migração. Dotado de um orçamento inicial de 3 350 milhões de euros, o fundo visa **mobilizar até 44 mil milhões de euros de investimentos**. O fundo contribuirá para o financiamento de projetos numa vasta gama de setores, como a energia, os transportes, as infraestruturas sociais, a economia digital, a utilização sustentável dos recursos naturais, a agricultura e os serviços locais. O FEDS **incentivará o setor privado a investir** em países ou setores em que, de outro modo, não o faria, como sejam os países frágeis ou afetados por conflitos. Tal como o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, que apoiará os investimentos no interior da UE, este fundo dará garantias e incentivará a utilização de mecanismos de financiamento misto para apoiar projetos mais arriscados. O fundo funcionará como um **"balcão único"**, que recebe propostas de financiamento oriundas de instituições financeiras e de investidores públicos ou privados e presta variados tipos de ajuda financeira aos investimentos que para estas se qualificam. O Parlamento adotou o texto em 6 de julho. O regulamento será publicado no Jornal Oficial de 27 de setembro de 2017. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Conselho. A **primeira reunião do Conselho Estratégico do FEDS** decorreu no dia 28 de setembro, tendo sido discutidas a estratégia global e as prioridades de investimento do fundo, que serão:

- Energia sustentável e conexões sustentáveis;
- Micro, Pequenas e Médias empresas;
- Agricultura sustentável, empreendedores rurais e agroindústria;
- Cidades sustentáveis;
- Digitalização para o Desenvolvimento Sustentável.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG DEVCO.

## Parlamento e Conselho chegam a acordo sobre proposta de alteração da legislação anti-dumping e antissubvenções

A nova legislação introduz uma nova metodologia para calcular as margens de *dumping* no caso das importações provenientes de países terceiros onde existem distorções de mercado significativas ou onde o Estado tem uma influência decisiva na economia. As regras são formuladas de uma forma igualmente aplicável a todos os países e em plena conformidade em obrigações com a UE no âmbito da OMC. O acordo inclui também alterações que reforçam a legislação antissubvenções da UE, a fim de permitir que,

**Sede**  
Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@  
cip.org.pt

**Porto**  
Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail:  
associados@cip.org.pt

**Bruxelas**  
Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail:  
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:  
<http://www.cip.org.pt>



no futuro, quaisquer novas subvenções que sejam detetadas já depois de um inquérito estar em curso possam também ser investigadas e incluídas nos direitos finais instituídos. As novas regras só serão aplicáveis aos processos iniciados após a entrada em vigor da legislação. A legislação assegura ainda um período transitório, durante o qual todas as medidas anti-dumping existentes e os inquéritos em curso continuarão a ser objeto da legislação em vigor. Aquando da determinação das distorções, serão tomados em conta vários critérios, tais como, as políticas e a influência do Estado, a presença generalizada de empresas públicas, a discriminação a favor de empresas nacionais e a falta de independência do setor financeiro. A Comissão poderá elaborar relatórios específicos sobre os países ou setores onde terá identificado a existência de distorções e os elementos de prova coligidos nestes relatórios poderão ser utilizados em inquéritos futuros. Quando apresentar uma denúncia, a indústria poderá recorrer a estes relatórios da Comissão para consubstanciar as suas alegações relativamente a países em que existam distorções. Prevê-se que a legislação entre em vigor ainda antes do final do ano. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão. A BusinessEurope mostrou-se satisfeita com este acordo, considerando que a nova metodologia assegurará a objetividade necessária para determinar a existência de distorções no mercado, sem sobrecarregar as empresas europeias. Consulte o [comunicado](#) da BusinessEurope.

### Cimeira UE-Índia, Nova Deli

Em 6 de outubro de 2017, a Índia acolheu a **14.ª Cimeira UE-Índia**, em Nova Deli. Os dirigentes debateram questões de política externa e de segurança, migração, comércio, alterações climáticas, investigação e inovação. Relativamente ao Comércio, os dirigentes da UE e da Índia manifestaram o seu empenho comum em reforçar a parceria económica entre as duas partes. Chamaram ainda a atenção para os esforços que ambas as partes estão a desenvolver para o **relançamento das negociações** (lançadas em 2007) de um **acordo alargado sobre comércio e investimento entre a UE e a Índia**. Consulte o [comunicado de imprensa](#) do Conselho da UE.

### Informação bibliográfica

- [Mapa de Investimentos Bilaterais Brasil / União Europeia](#), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), 21 de setembro 2017 ([comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia)
- BREXIT – Declarações do Chefe da equipa da Comissão Europeia, Michel Barnier, relativas à [quarta](#) (28 setembro) e [quinta](#) (12 outubro) rondas de negociações com o Reino Unido
- [Relatório](#) de avaliação intercalar do Sistema de Preferências Generalizadas da União Europeia, Comissão Europeia, 20 setembro 2017

**Sede**  
Praça das Indústrias  
1300-307 Lisboa  
Tel: +351 21 316 47 00  
Fax: +351 21 357 99 86  
E-mail: geral@  
cip.org.pt

**Porto**  
Av. Dr. António Macedo  
Edifício de Serviços AEP  
4450-617 Leça da Palmeira  
Tel: +351 22 600 70 83  
E-mail:  
associados@cip.org.pt

**Bruxelas**  
Av. de Cortenbergh, 168  
1000 Bruxelas - Bélgica  
Tel: +32 27325257  
E-mail:  
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site  
<http://www.cip.org.pt>

